



XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade e Desenvolvimento Sustentável: desempenho acadêmico e os desafios da sociedade contemporânea

Florianópolis | Santa Catarina | Brasil
25, 26 e 27 de novembro de 2019
ISBN: 978-85-68618-07-3



DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Soraia Selva Da Luz

Universidade Federal de Santa Catarina

soraia.luz@ufsc.br

Patrick Cunha

Universidade Federal de Santa Catarina

patrick.cunha@ufsc.br

Raquel Pinheiro

Universidade Federal de Santa Catarina

raquel.p@ufsc.br

Artur Rocha Silva

Universidade Federal de Santa Catarina

artur.rocha.silva@ufsc.br

Cláudio José Amante

Universidade Federal de Santa Catarina

claudio.amante@ufsc.br

RESUMO

O presente estudo aborda o tema das políticas de ações afirmativas na educação superior como uma alternativa para a mitigação das desigualdades educacionais no Brasil. O caminho metodológico foi conduzido por revisão de literatura e documental. São apresentados resultados de estudos referentes à relação entre a classe de origem e raça na definição da mobilidade social, dados estatísticos sobre mobilidade educacional, acesso e permanência na educação superior e gestão universitária no contexto das ações afirmativas. Concluiu-se que as políticas públicas de ações afirmativas se constituem como mecanismos que promovem melhorias sociais em prol de classes menos favorecidas historicamente; também, que a gestão das instituições de educação superior, como meio para viabilizar os recursos necessários para as políticas reparadoras, deve pautar-se pelos critérios de justiça e democracia.

Palavras chave: Desigualdades educacionais. Políticas públicas. Ações Afirmativas. Gestão Universitária

1. INTRODUÇÃO

São características marcantes do plano macrossociológico brasileiro nas últimas décadas os profundos desequilíbrios e descompassos estruturais que redundam no fracionamento da estrutura de classes e no aumento das demandas por políticas públicas (ABRANCHES, 1988). O fenômeno “desigualdade” é elemento cada vez mais presente no cotidiano dos brasileiros, pois tem se tornado cada dia mais comum a congregação, em uma mesma localidade, de muitos grupos com origens diversas e interesses antagônicos. Das muitas razões e formas possíveis de desigualdade, têm forte repercussão na vida das pessoas, sobretudo, as de natureza socioeconômica e racial, pois impõem, muitas vezes, condições determinantes para a oportunidade de mobilidade social.

Além de segregar a sociedade em classes, a desigualdade também provoca impactos sobre o sistema educacional, que é fruto de um longo processo histórico. Segundo Ponce (2005), o sistema educacional surgiu quando a coletividade se dividiu em classes sociais antagônicas, com o fim da chamada sociedade primitiva. Em pouco tempo, a classe dominante percebeu que o controle sobre a Educação era elemento chave para a manutenção da sua posição na sociedade (GUZZO e EUZEBIOS FILHO, 2015). Com isso, como num sistema cíclico, a Educação – ou a ausência dela – passou a contribuir para acentuar ainda mais as diferenças entre as classes contrastantes.

O objetivo deste estudo é traçar um quadro teórico-empírico sobre aspectos do panorama de desigualdade educacional no Brasil, bem como da implementação de políticas de ações afirmativas voltadas para a educação superior e as respectivas implicações na gestão das instituições.

2. METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão narrativa de literatura sobre os temas abordados, da análise documental das normas atinentes às políticas de ações afirmativas voltadas para a educação superior.

De acordo com Rother “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”. São textos que constituem a análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. Apesar de sua força de evidência científica ser considerada baixa devido à impossibilidade de reprodução de sua metodologia, as revisões narrativas podem contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo.

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986); O trabalho de análise já se inicia com a coleta dos materiais, não é acumulação cega e mecânica. A medida que colhe as informações, o pesquisador elabora a percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado (LAVILLE; DIONE, 1999).

3. UMA QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

O “capital cultural” - conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, na obra *Les héritiers*, publicada em 1964 - é um elemento da herança familiar que impacta diretamente na destinação escolar do indivíduo, pois “[...] a posse do capital cultural favorece o desempenho escolar, uma vez que facilita a aprendizagem de conteúdos e códigos que a escola veicula e sanciona” (CUNHA, 2007, p. 214). Dessa forma, estudantes de

diferentes classes sociais têm diferentes padrões de capital cultural acumulado, sendo que os de “melhor sorte” estão mais propensos a se sobressaírem sobre os demais no seletivo ambiente ditado pelo sistema escolar, ainda que o indivíduo possa exercer influência sobre o ambiente.

Ao estudar a relação entre a classe de origem e a raça de um indivíduo na definição de suas chances de mobilidade social ascendente, Ribeiro (2006)¹ aponta que a escolarização é um dos principais fatores que levam à mobilidade social entre as classes menos favorecidas e aquelas mais privilegiadas. Ribeiro (2006, p.863) constatou também que, até completar o ensino médio, “[...] os efeitos de classe de origem são pelo menos seis vezes maiores do que o efeito de raça” sobre o progresso escolar, ao passo que a desigualdade racial aumenta quando da conclusão do primeiro ano do Ensino Superior e se mantém até o término do curso. Neste ponto, o peso da classe de origem passa a ser duas vezes e meia maior do que o da raça.

Assim, o autor conclui que ter origem nas classes sociais mais baixas e não ser branco diminui as chances de se realizar com sucesso as transições educacionais; e que, com mais de 12 anos de escolaridade, brancos têm, em média, três vezes mais chances de experimentar mobilidade ascendente para as classes mais privilegiadas. O estudo de Ribeiro (2006) confirma, portanto, que tanto a desigualdade racial quanto a de ordem econômica interferem para o alcance das oportunidades educacionais e da mobilidade social ascendente.

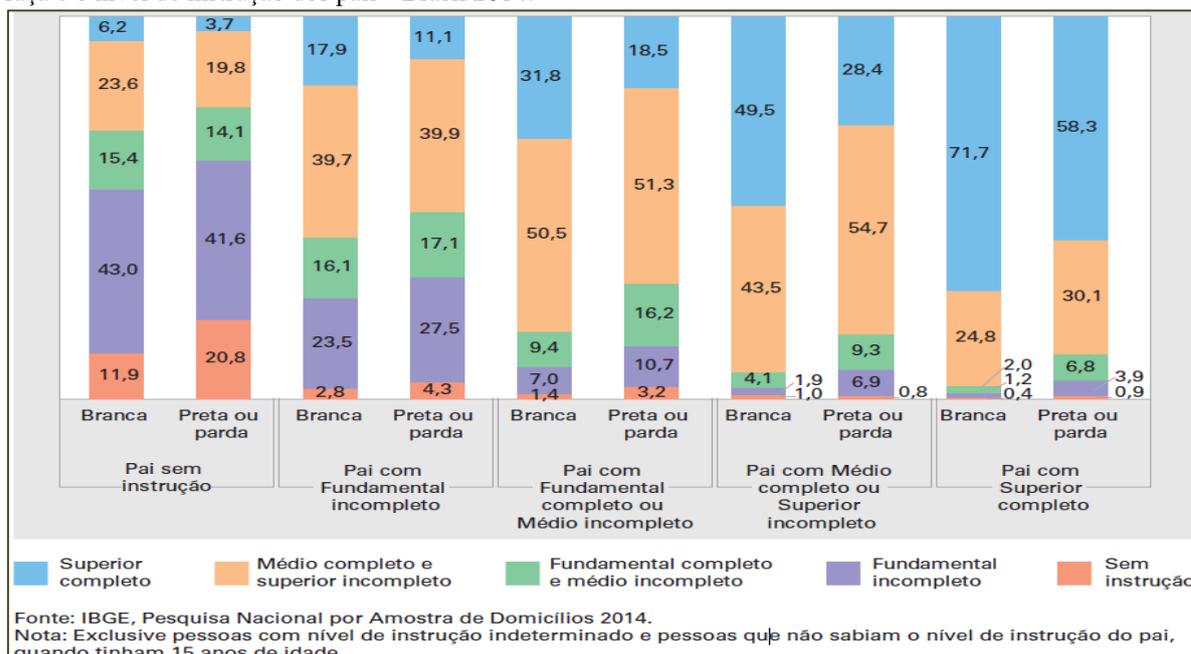
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) sobre a mobilidade educacional, obtidos por meio da análise do efeito da família de origem e de outras características herdadas ou inatas nas chances de escolarização, apontam também para a existência de desigualdade. O estudo feito por meio da análise das tabelas de origem e destino por nível educacional de pais e filhos demonstrou que:

[...] quanto maior o nível de instrução dos pais, maior a proporção de filhos que alcançaram o nível “superior completo”. Enquanto apenas 4,6% dos filhos cujos pais não tinham instrução conseguiram concluir o ensino superior, 69,6% deles concluíram esse nível de ensino, dado que seus pais também possuíam ensino superior completo. (IBGE, 2017, n.p.).

Essa tendência foi observada, também, em outras faixas educacionais - o que, segundo IBGE (2017), indica uma barreira intergeracional para acréscimo de escolaridade, dependendo do nível educacional dos pais. O estudo revelou ainda que a desigualdade de oportunidades educacionais tem diferente intensidade para grupos distintos de pais e filhos. A figura abaixo mostra a diferença considerável entre o nível de instrução de brancos e pretos ou pardos, a partir do perfil educacional dos pais.

¹ Este estudo partiu da “análise detalhada de três aspectos da mobilidade social: (1) as desigualdades de oportunidades de mobilidade intergeracional entre classes de origem e de destino; (2) as desigualdades nas chances de fazer transições educacionais; e (3) os efeitos da educação alcançada e da origem de classe nas chances de mobilidade social.” Ribeiro (2006, p. 862). Nas análises foram enfatizadas as comparações entre os efeitos da cor da pele e da classe de origem.

Figura 1 – Distribuição percentual do nível de instrução dos filhos de 25 a 65 anos de idade, segundo a cor ou raça e o nível de instrução dos pais - Brasil/2014.



Fonte: Extraído de IBGE, 2017, n.p.

Na figura acima, pode-se perceber que o aumento do nível educacional dos pais é acompanhado do aumento do percentual de filhos que alcançam o ensino superior, tanto para brancos quanto para pretos ou pardos. Entretanto, o percentual de filhos que concluiu o Ensino Superior, para qualquer que seja o nível de escolaridade dos pais, é sempre maior entre os brancos. Ou seja, “[...] a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil é marcada pela estratificação racial e [...] ainda mais acentuada nos níveis mais elevados do sistema educacional” (IBGE, 2017, n.p.).

Embora tenha origem desde a sedimentação da sociedade em classes e do estabelecimento de valores distintos para brancos, índios e negros pelos recém-chegados lusitanos, o problema da desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil só se tornou amplamente notório a partir de meados de 1970 quando teve início “[...] um processo de abertura do debate sobre a educação brasileira e de crítica à Ditadura. Algumas universidades, escolas e entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), foram palcos dessa abertura.” (MINTO, 2013, p. 250). Com o fim da repressão militar e a retomada gradual da democracia, em meio a avanços e retrocessos, o brasileiro foi se tornando consciente do seu espaço na sociedade e, engajado politicamente em torno de um ideal democrático comum, passou a reivindicar diversos direitos, entre os quais a democratização da educação.

Nos anos 1990, com a comunicação cada vez mais propagada por meio das tecnologias digitais, surge o desenho de uma sociedade que entende a informação como base para o conhecimento e o desenvolvimento social e econômico. O conhecimento e a informação, então, passam a constituir-se como capital e, assim, como campo de competição econômica e determinantes de hegemonia, bloqueando “poderes democráticos” baseados no direito à informação (CHAUI, 2018, p.4). O acesso às informações pelos cidadãos torna-se indispensável para o aperfeiçoamento da democracia e para o diálogo contínuo entre o governo e a sociedade. As redes sociais e midiáticas cumprem o seu papel e o problema da desigualdade ganha notoriedade e entra, enfim, para a agenda política nacional.

4. SOBRE POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Para Easton (1953), citado por Heidemann (2014), política pública significa “a alocação de valores por uma autoridade pública para toda a sociedade. Em Secchi (2013, p 2), ainda nesse contexto, “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” de forma intencional, que pode ou não conter outras políticas voltadas à resolução do mesmo problema. Exemplo disso é a política de ações afirmativas, também entendida como:

[...] um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. (OLIVEN, 2007, p. 30).

Neste sentido, muitas ações podem ser consideradas afirmativas como, por exemplo, a criação de delegacias de proteção às mulheres, os cursos profissionalizantes para a população de baixa renda, a reserva de postos de trabalho para pessoas com deficiências em empresas privadas, os programas de habitação para grupos vulneráveis, a candidatura mínima de mulheres para cargos eletivos. Essas medidas, se não tiverem a possibilidade de acabar com problemas arcaicos, podem promover a inclusão ativa e o reconhecimento das desigualdades existentes.

Conforme Secchi (2013, p. 10), “[...] um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade)”. Assim, tendo as implicações da desigualdade de oportunidades educacionais potencial para atingir um número considerável de pessoas, começam a surgir, a partir do fim da década de 1990, algumas políticas públicas voltadas à resolução ou à mitigação dos efeitos desse problema.

5. O ACESSO À UNIVERSIDADE

Desde então, e mais intensamente a partir dos anos 2000, houve no Brasil um incremento no número de matrículas nas instituições de educação superior (MERCADANTE, 2012). Isso se deveu, especialmente, a programas como “[...] os de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Universidade para Todos (ProUni) e o de Financiamento Estudantil (Fies), juntamente com as políticas de reserva de vagas e o aumento da oferta de cursos superiores a distância” (TOTI et al., 2017, p. 392).

Esta expansão do ensino superior contribuiu para a democratização e a mudança do perfil dos estudantes nas universidades, que se intensificou com a propagação das Políticas de Ações Afirmativas (PAA), ou ações compensatórias, voltadas “[...] à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” Gomes (2001, p. 6), com vistas ao alcance da igualdade de oportunidades.

Por decorrência da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, as universidades brasileiras vêm instituindo programas de ações afirmativas e rompendo a própria trajetória de desigualdades. A Resolução Normativa nº 52/CUn/2015 (da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), por exemplo, objetiva contemplar com a reserva de vagas os alunos que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas (com metade dessas vagas destinada a alunos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita), que pertencem ao grupo étnico-racial negro, aos povos indígenas ou às comunidades quilombolas.

Embora a expansão do ensino superior tenha contribuído para a democratização do acesso, tornou mais expressivos alguns problemas complexos relacionados ao desempenho e à evasão dos estudantes. Assim, para minimizar esses problemas, a Resolução previu ações de acompanhamento e permanência, entre as quais o apoio pedagógico oferecido por programa específico.

6. PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ACADÊMICOS

Estudo realizado por Dário (2017) investigou dados sobre o desempenho acadêmico e a evasão de discentes cotistas e não cotistas que ingressaram em 82 cursos presenciais de graduação no *campus* da UFSC em Florianópolis, de 2013 a 2016. Importante ressaltar que este foi o período em que a Universidade vinha, gradativamente, se adaptando à Lei de Cotas (somente no vestibular 2017, para ingresso em 2018, a universidade atingiu a reserva de 50% das vagas deste exame para os estudantes beneficiados pela política). Segundo a autora, o incremento do percentual de cotas significou, também, a redução do montante de vagas para a ampla concorrência. No entanto, não se pode desconsiderar a expansão da universidade nos últimos anos em decorrência da implementação, em 2009 e 2013, de mais quatro campi espalhados pelo estado de Santa Catarina - o que foi possível graças a instituição do Reuni, pelo Decreto nº 6.096/2007, que visava à ampliação do acesso e permanência de estudantes em nível de graduação e melhor aproveitamento da estrutura e demais recursos disponíveis nas universidades federais (BRASIL, 2007, art. 1º).

Com relação à forma de ingresso e à situação acadêmica dos estudantes investigados na UFSC, Dário (2017) aponta os seguintes dados:

Tabela 1 – Distribuição dos discentes² por forma de ingresso e situação acadêmica entre 2013 e 2016 – Campus Florianópolis.

Forma de ingresso	Frequência	(%)
Ampla concorrência	12.106	67,20
Cotista	5.909	32,80
Total geral	18.015	100,00

Situação acadêmica	Frequência	(%)
Ativo	15.030	(83,43)
Evadido	2.724	(15,12)
Formado	53	(0,29)
Outras	208	(1,16)
Total geral	18.015	100,00

Adaptado de Dário, 2017, p.62 e 65

Como se pode observar, o ingresso de estudantes cotistas nesse período chegou a 32,80% do total de alunos ingressantes. Quanto a situação acadêmica, houve 15,12% de evasão. Segundo Dário (2017), outros estudos realizados na Universidade de Brasília, por Cardoso (2008) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por Mendes Junior (2013) revelaram que, de um

² Foram computados apenas os acadêmicos ingressantes entre 2013 e 2016.

modo geral³, os alunos cotistas apresentam evasão menor quando comparados aos não cotistas. Ao se comparar o desempenho acadêmico, no entanto, Mendes Junior (2013), Peixoto et al. (2016) e Queiroz et al. (2015), citados por Dário (2017), identificam uma diferença entre o desempenho dos cotistas e dos não cotistas de, em média, 6,65% em favor dos não cotistas. Os autores, então, apontam evidências da ausência de uma relação determinante entre desempenho acadêmico e diplomação, pois: “[...] enquanto os cotistas apresentam maior diplomação por evadirem em menor grau, eles, em média, mostram-se com menor desempenho acadêmico. Por outro lado, os não cotistas atingem maior desempenho, porém com menor índice de diplomação” (DÁRIO, 2017, p. 43).

Tendo em vista a prática das ações afirmativas, no caso da UFSC, tornou-se latente a preocupação com relação ao desempenho dos estudantes cotistas na graduação. Embora não houvesse comprovação⁴ de que esses alunos promovessem decréscimo no índice de sucesso acadêmico, a partir de 2012, ponderou-se que as circunstâncias de aprendizagem vivenciadas pelos alunos que haviam cursado todo o ensino médio em escolas públicas pudessem ser um determinante para menores níveis de desempenho e, conseqüentemente, para a redução da qualidade da sua formação até então.

Esta contingência, assim como o disposto no Decreto nº 7.234/2010, sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) – ao instituir o apoio pedagógico como uma ação de assistência estudantil a ser adotada pelas IES públicas – foram algumas das motivações que levaram a Universidade a implementar o que foi denominado Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes (PIAPE) como uma das estratégias institucionais para favorecer a permanência dos estudantes nos cursos de graduação, uma vez que não bastava facilitar o acesso, era preciso também - numa ação complementar - oferecer condições para que os alunos concluíssem seus cursos com qualidade, no que diz respeito aos processos de aprendizagem.

Além do apoio pedagógico, a UFSC também promove ações no sentido de favorecer a permanência dos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, entre as quais se destacam a bolsa estudantil, a moradia universitária e o auxílio moradia, o auxílio creche e o subsídio integral no Restaurante Universitário para estudantes que comprovarem baixa renda.

7. AÇÕES AFIRMATIVAS E ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Estudos realizados por Schlickmann (2013), com o objetivo de analisar como está constituída a Administração Universitária enquanto campo científico no Brasil, trouxeram à tona o caráter multidisciplinar do campo da gestão universitária. Foi constatado que, tanto em eventos da área como em publicações, ou mesmo em cursos de pós-graduação relacionados àquilo que se denomina Administração Universitária, havia uma tendência em se abarcar temas pertinentes a campos de conhecimento não costumeiramente abordados pelo campo da administração, tais como avaliação e autoavaliação institucional, educação à distância, acesso, permanência e evasão na educação superior, integração regional e educação superior, universidade e sociedade, mobilidade acadêmica, flexibilidade curricular, assim como assuntos relacionados à ensino, pesquisa e extensão universitária. Meyer e Meyer Jr. (2013), analisando o impacto da adoção do denominado *managerialism* ou gerencialismo (utilização de práticas oriundas da administração empresarial na administração pública) na gestão de uma instituição de educação superior, constataram limitações desta prática quando aplicada à área acadêmica - o que se deveu, principalmente, à dificuldade em se mensurar os resultados do processo educacional pelos meios disponibilizados por aquela vertente administrativa.

³ Sem considerar as variações no comportamento da evasão por conta das mais diversas condições como, por exemplo, a área de conhecimento, a fase, o curso ou a opção entre bacharelado e licenciatura.

⁴ O estudo de Amália Dário só foi publicado em 2017.

Os estudos mencionados corroboram com a assertiva de que a administração universitária - definida por Schlickmann (2013, p. 52) como o “processo de planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos membros das organizações de educação superior, e de usar todos os seus recursos disponíveis para atingir seus objetivos” - possui peculiaridades que, devido aos objetivos que persegue (como, por exemplo, a formação profissional dos estudantes), a distanciam das matérias abordadas pela ciência administrativa tradicional. A Administração Universitária mostra-se, portanto, apenas relativamente vinculada ao campo científico da “administração” e, ainda menos, ao que se tem por “gerencialismo” - uma vez que, tanto uma quanto outro, não versam sobre e não dispõem de meios adequados para o trato de questões particularmente demandadas pela instituição universitária - como a adoção de estratégias para a mitigação de desigualdades sociais educacionais, viabilizáveis por políticas de ações afirmativas. Analisando, ainda, a Administração Pública como ponto de partida, percebe-se que esta, apesar de discorrer sobre diversos assuntos que permeiam a gestão dos órgãos públicos (orçamento público, governança pública e compras governamentais, por exemplo) - e aqui se incluem as universidades públicas - também não dispõe de matérias que contemplem a gestão do que é demandado pelas políticas de ações afirmativas relativamente à educação.

Portanto, resta que a Administração Universitária pode ser efetiva nesse sentido ao assumir-se como campo independente e multidisciplinar, consciente das especificidades que permeiam a universidade, utilizando-se de suas próprias disciplinas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decorre do estudo realizado, que as desigualdades sociais e educacionais se vinham retroalimentando de forma cíclica com a existência de um sistema meritocrático de acesso e permanência na educação superior, em que grupos historicamente desfavorecidos competiam numa relação de desigualdade com indivíduos detentores de capital cultural mais elevado. Não restam dúvidas de que a educação formal, tanto de base quanto em nível superior, tem papel central em termos distributivos de renda e de mobilidade social, haja vista que a inserção no mercado de trabalho, as melhores colocações nesse mercado e, numa visão macro, o desenvolvimento do indivíduo enquanto sujeito histórico dependem da intervenção das instituições para serem efetivos.

Assim, o critério de mérito perde apelo quando as partes competem em condições desiguais e é nesse sentido que as políticas públicas e institucionais de ações afirmativas têm se firmado como alternativa. Reconhecido o problema da desigualdade educacional como público, formou-se uma agenda governamental que impactou diretamente nas instituições, dando origem a políticas institucionais de acesso e permanência na educação superior - cujos dados empíricos acerca de seus resultados são positivos, conforme o que foi apresentado no decorrer deste estudo, dado que os estudantes beneficiados ajudam a reduzir os índices de evasão ou simplesmente porque protagonizam o acesso democrático à educação de boa qualidade.

A gestão nas instituições de educação superior se constitui como meio para mobilizar os recursos necessários para a implementação dessas políticas reparadoras, e somente pode ser efetiva se guiada por critérios de justiça e democracia. Não se está aqui dizendo que se deve prescindir da eficiência financeira ou operacional - tão apregoada no *managerialism* - mas que certamente não são os critérios gerenciais, relacionados ao custo-benefício de curto prazo, que sustentarão a manutenção de investimento em justiça social e cidadania. A gestão das instituições de educação superior que operam no sistema de cotas ou que prestam assistência estudantil deve ser guiada por uma racionalidade em que a satisfação das necessidades dos

cidadãos seja central, e a realocação das classes historicamente desfavorecidas seja fim neste processo.

Portanto, as particularidades multidisciplinares da Administração Universitária atribuem, a este campo, uma identidade singular e o concedem certa liberdade de ser – o que é, certamente, um ponto positivo e estratégico no alcance dos objetivos das políticas de ações afirmativas voltadas para a educação superior.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. H. H. de. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

BRASIL (2007). Decreto nº 6.096, de 27 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 03 nov. 2018.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

_____. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2018.

CUNHA, Maria Amália de Almeida. **O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, nov. 2007. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1820>>. Acesso em: 22 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

DÁRIO, A. B. **Avaliação do desempenho acadêmico e da evasão discente entre cotistas e não cotistas**. Dissertação (mestrado profissional em Administração Universitária) – UFSC. Florianópolis, p. 111, 2017. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PPAU0148-D.pdf>>. Acesso em 04 nov. 2018.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUZZO, Raquel S. L.; EUZEBIOS FILHO, A. **Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora**. Escritos sobre educação, Ibitité, v. 4, n. 2, pp. 39-48, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 out. 2018.

HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco Salm; GUIMARÃES, Tomás de Aquino.

Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Editora UnB, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira** – 2017. Coordenação de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 2017, 147p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 37). Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2018.

MEYER, Bernardo; MEYER JUNIOR, Victor. **“Managerialism” na Gestão Universitária: uma análise de suas manifestações em uma instituição empresarial.** *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, Florianópolis, p. 01-20, set. 2013. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2013v6n3p1>>. Acesso em: 22 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p1>.

MERCADANTE, Aloizio. **Censo da Educação Superior 2012.** Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1379600228mercadante.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

MINTO, Lalo Watanabe. **Educação e lutas sociais no Brasil pós-ditadura: da democratização à ausência de alternativas.** *Revista Histedbr On-line*, Campinas, nº 54, pp. 242-262, dez. 2013 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640181>>. Acesso em: 25 set. 2018.

OLIVEN, A. C. **Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil.** *Educação*, Porto Alegre, 61, n. 1, 2007. 29-51. Disponível em: <<file:///C:/Users/F%C3%A1bio%20Silva/Downloads/539-1958-2-PB.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2018.

PONCE, A. **Educação e luta de classes.** (21ª Ed), São Paulo: Cortez, 2005.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Classe, Raça e Mobilidade Social no Brasil.** *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, n. 4, pp. 833 a 873, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n4/06.pdf>>. Acesso em 27 out. 2018.

SCHLICKMANN, Raphael. **Administração universitária: desvendando o campo científico no Brasil.** 2013. 292 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PCAD0874-T.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TOTI, Michelle C. S. et al. **O serviço de apoio pedagógico aos estudantes do ensino superior: estudo de uma proposta em construção em uma Universidade Federal Brasileira.** In: Conferencia Latinoamericana Sobre el Abandono de la Educación Superior,

VII, 2017. Córdoba. **Anais eletrônicos**. Córdoba: UNC, 2017, p. 392–400. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1qafuFdchag22cTnA7MbFqyntJDOOR_8r/view>. Acesso em: 05 set. 2018.

UFSC. Resolução Normativa nº 52/CUn/2015, de 16 de junho de 2015. **Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina para os Processos Seletivos de 2016 a 2022**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133394/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2052%20CUn%202015.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2015.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 a 2014**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2010.

_____. Resolução Normativa nº 008/CUn/2007, de 10 de junho de 2007. **Cria o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2716_R008CUN2007.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.